

# AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

MANCHAK, Camila  
PENCAL TONIETO, Leonardo  
SAROLLI VILAR, Isadora  
VIEIRA SIQUEIRA, Milena

## INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas deixaram de ser uma previsão para o futuro e se tornaram uma realidade incontestável. Desde a década de 1970, relatórios científicos e tratados internacionais alertam para os riscos decorrentes do aquecimento global e seus impactos ambientais, sociais e econômicos. Dessa forma, o objetivo de nº 13 de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) visa a ação contra a mudança global do clima.

O aumento da temperatura média global, a elevação do nível do mar e a intensificação de eventos extremos indicam que a crise climática é tanto previsível quanto resultado da inação política e social diante de um problema amplamente conhecido. Diante desse cenário, surge a questão: como conciliar em panorama mundial, nacional e regional o desenvolvimento sustentável com ações e programas de preservação ambiental em um contexto de emergência climática.

## DESENVOLVIMENTO

As mudanças climáticas têm provocado aumento da temperatura média global em aproximadamente 1,6 °C desde os níveis pré-industriais, com projeções que indicam elevação de até 4,5 °C no Brasil ao longo do século. Essa tendência vem acompanhada da intensificação de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e deslizamentos, que impactam diretamente a saúde da população, a economia e a segurança alimentar. A agropecuária e a geração hidrelétrica, bases da produção nacional, já sofrem com perdas significativas, refletindo em maior custo de alimentos e energia, o que atinge de maneira mais severa as camadas sociais mais vulneráveis. (ABUD; SOUZA; GORISCH, 2023)

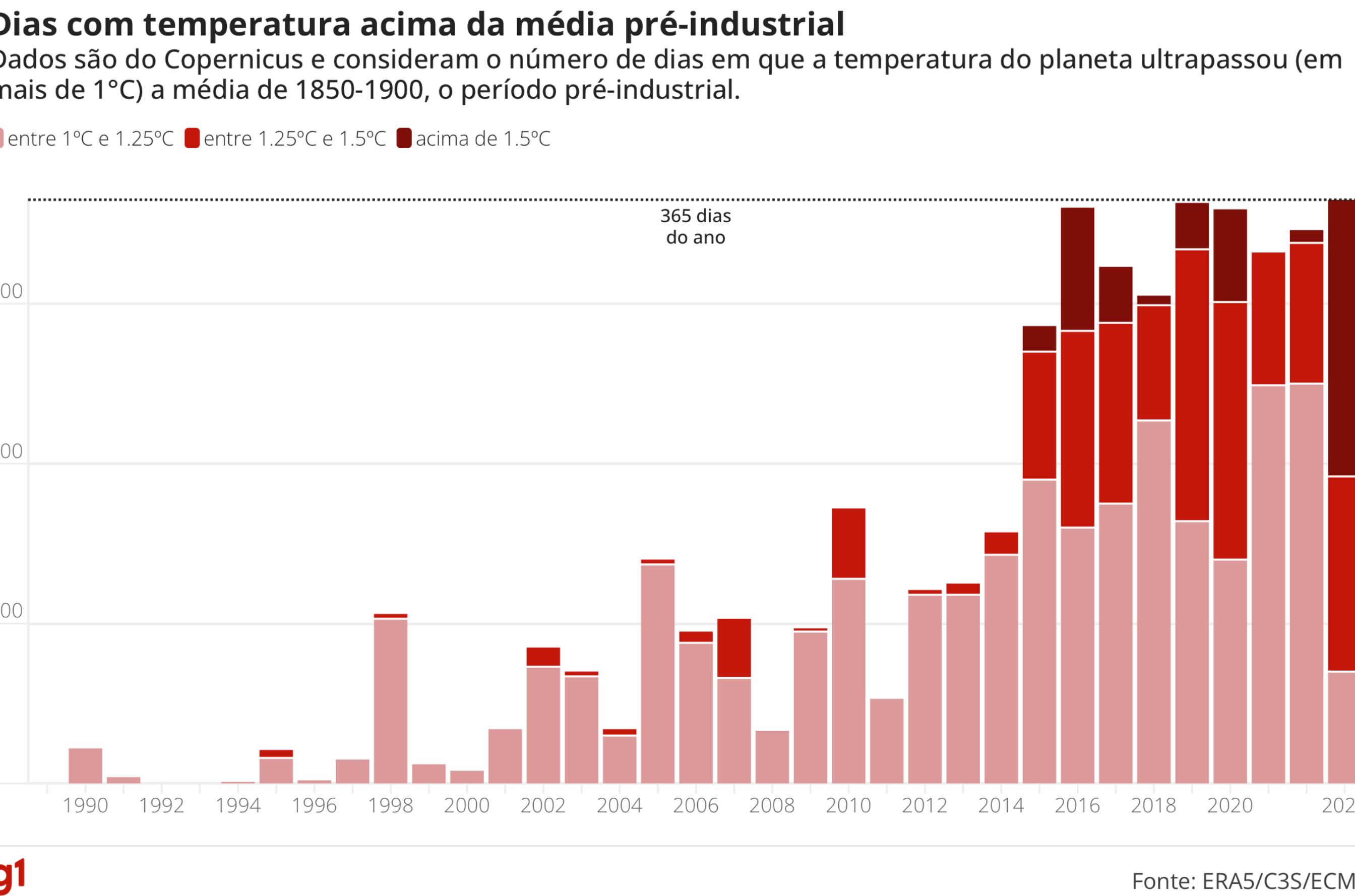


IMAGEM 01: Evolução da temperatura média global (1990 - 2023)

No território brasileiro, a diversidade de biomas evidencia diferentes vulnerabilidades diante da crise climática. A Amazônia, essencial ao equilíbrio hidrológico continental, corre o risco de atingir um ponto de não retorno em razão do desmatamento, das queimadas e das secas prolongadas, comprometendo sua função de sumidouro de carbono e ameaçando a biodiversidade. O Cerrado sofre com aridez e perda de solo fértil; a Caatinga, com desertificação e escassez hídrica; e o Sul do país, com enchentes e deslizamentos recorrentes. A Mata Atlântica e o Pantanal também enfrentam pressões urbanas e alterações no regime de chuvas. Esses impactos, revelam a urgência de políticas regionais adaptativas, infraestrutura resiliente e planejamento urbano que priorize a prevenção de desastres — especialmente em áreas costeiras ameaçadas pela elevação do nível do mar. (PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2013)

Frente a esse exposto, ganham destaque ações de mitigação e adaptação em múltiplas escalas. Reduzir o desmatamento, restaurar áreas degradadas e expandir as energias renováveis — solar, eólica e de biomassa — são medidas essenciais para uma transição energética justa. No meio rural, práticas agroecológicas integradas fortalecem a resiliência e reduzem emissões; nas cidades, é fundamental investir em drenagem, habitação segura e transporte sustentável. O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) torna-se indispensável diante de doenças associadas ao calor e à contaminação ambiental. Com isso, as políticas ambientais devem incorporar justiça climática e inclusão social, protegendo os grupos mais vulneráveis. A COP-30 no Brasil representa uma oportunidade histórica de converter compromissos em ações concretas, alinhando ciência, economia e direitos humanos ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 da ONU — ação urgente contra a mudança global do clima. (ARTAXO, 2025; NAÇÕES UNIDAS, 2025)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar as mudanças climáticas requer ações urgentes e cooperativas. Fortalecer a resiliência, adotar políticas sustentáveis e ampliar a educação ambiental são medidas fundamentais para proteger o planeta e garantir um futuro equilibrado para todos. O principal desafio é transformar os compromissos globais do ODS 13 em ações concretas nos âmbitos nacional e regional — promovendo a pesquisa científica, aprimorando a coleta e o uso de dados, reduzindo o desmatamento, acelerando a transição para fontes de energia limpa e assegurando financiamento direcionado às comunidades mais vulneráveis. Somente com essas medidas será possível construir uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável, que assegure às próximas gerações o direito de viver em um planeta saudável e habitável.

## REFERÊNCIAS

ABUD, C. de O.; SOUZA, L. P.; GORISCH, P. C. V. S. *Mudança climática: uma crise previsível*. UNISANTA Law and Social Science, v. 12, n. 1, 2023.

ARTAXO, P. *COP-30 e o agravamento da crise climática – caminhos para a construção de uma sociedade sustentável*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 39, n. 114, p. 1-10, 2025. DOI: 10.1590/s0103-4014.202539114.003.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PBMC). *Base Científica das Mudanças Climáticas: Contribuição do Grupo de Trabalho 1 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional*. Rio de Janeiro: PBMC, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 – Ação contra a mudança global do clima*. ONU Brasil, 2025.